

# Uma proposta para educação em sexualidade

Alexandre Bortolini

UNESCO. *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: Unesco, 2014. 64 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227762por.pdf>>.

A capa já comunica algumas coisas. No centro, a imagem de uma mulher e um homem (a heterossexualidade ainda guarda sua hegemonia), vestidos, dançando. Sexualidade em movimento, que não é só sexo, mas relação. Abaixo, uma sequência de três imagens. Uma menina numa carteira escolar – já avisa do foco no direito das mulheres. Dois (homens) adolescentes sentados lado a lado no pátio, rostos não identificáveis, de boné e uniforme, se entreolhando, o que informa que a homossexualidade vai fazer parte da aula (embora o “armário” ainda se faça presente, não lhes deixando mostrar a cara). Por último, uma(?) adolescente deitada no colo de alguém, de quem não se identifica o gênero, que parece lhe fazer um carinho, afinal, sexualidade não é só relação de poder: também é afeto. Na capa, não há elemento que faça referência a qualquer aspecto propriamente biológico, o que faz imaginar que a perspectiva socioantropológica vai ser o discurso dominante.

A publicação é um desdobramento da *Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde*, publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em dois volumes. O primeiro justifica a abordagem do tema e indica as características entendidas como fundamentais para que programas de educação em sexualidade sejam efetivos. O segundo traz uma proposta mínima de tópicos e objetivos de aprendizagem para crianças e jovens entre os 5 e os 18 anos de idade. É este segundo volume que ganhou uma versão brasileira – *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem* –, agregando as contribuições de

especialistas e instituições de ensino e pesquisa que se dispuseram a debater o documento. A intenção, segundo os produtores, foi orientar o desenvolvimento de currículos localmente adaptados, construindo uma perspectiva brasileira sobre esses conteúdos com um recorte cultural e etário.

O material começa definindo educação em sexualidade como “toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo indivíduo ao longo de seu ciclo vital, que lhe permita posicionar-se na esfera social da sexualidade” (p. 11) – eu diria experiência de aprendizagem. Segundo os autores, ela acontece em muitos espaços por meio de diferentes relações – família, escola, igreja, pares, trabalho, mídia –, de forma pulverizada (isso seria exatamente um problema?), fragmentada (teria como ser diferente?) e “desassociada de um plano de sociedade inclusiva baseada nos direitos humanos” (p. 11). De fato, a perspectiva dos direitos humanos (seja qual for) ainda está longe de se tornar hegemônica em nossas práticas sociais, embora já consiga ocupar o discurso (eventualmente, a retórica) oficial em muitos momentos, mas não em todos.

A introdução traz um histórico (muito descritivo e pouco crítico) das recentes políticas públicas para educação em sexualidade. Vale pela cronologia, que se pode reproduzir, mas problematizando. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) traziam a orientação (educação) sexual como tema transversal – numa perspectiva mais integral –, mas ainda relegavam a homossexualidade, a prostituição e o aborto à categoria de temas polêmicos, citados, mas não trabalhados. O projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) consiste em uma ação do governo federal que forma grupos locais para discutir sexualidade na escola com foco na prevenção das DST, da aids em particular e, segundo a página eletrônica do Ministério da Educação, da “evasão escolar causada pela gravidez na adolescência” (expressão eufemística). O SPE ajudou a produzir muitas experiências ricas e diversas de educação em sexualidade na escola – embora ainda, na maioria das vezes, seja desenvolvido em atividades extraclasse, no contraturno. O programa Brasil Sem Homofobia caracteriza-se como um conjunto de ações multiministeriais consolidadas a partir da Primeira Conferência Nacional GLBT (com o G ainda na frente), que, na educação, materializou-se basicamente no financiamento de cursos de formação em Gênero e Diversidade Sexual (GDS), com foco na homo/transsexualidade e na produção de materiais didáticos. Entre esses materiais, há o conhecido *kit* anti-homofobia, interdito antes de ficar pronto e nunca distribuído – fato que o resumo histórico do livro simplesmente ignora, dando a impressão de que foi escrito tendo por base o texto oficial. O programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE), fruto do movimento de mulheres, é basicamente um curso de formação continuada (em escala um pouco maior) para profissionais de educação, ofertado por universidades e institutos federais desde 2006, que propõe discutir gênero com base em uma articulação com raça e sexualidade. O GDE e o GDS foram talvez recentemente as experiências mais interessantes de educação em sexualidade, tendo se constituído como importante espaço de reflexão e crítica das políticas de gênero e sexualidade do governo federal e dos governos locais.

No final da introdução, o texto reafirma os compromissos com a equidade de gênero, com a diversidade sexual e com os direitos humanos.

A Parte I apresenta os princípios e a estrutura das orientações e traz um exemplo de como elas podem ser usadas para pensar ações educativas que trabalhem com sexualidade. O material aponta como princípios do processo de educação em sexualidade: I) disponibilizar informações precisas; II) oferecer a oportunidade de explorar valores; III) facilitar a aquisição de habilidades importantes para o comportamento sexual – tomada de decisão, autoconfiança, comunicação, negociação e recusa; e IV) estimular crianças, adolescentes e jovens a assumirem a responsabilidade por seu próprio comportamento e a respeitarem os direitos de outros.

As orientações apresentam uma proposta curricular construída com base em conceitos-chave, que se dividem em tópicos e objetivos de aprendizagem, que contêm algumas ideias-chave distribuídas por faixa etária. Vale visualizar o quadro de conceitos e tópicos de aprendizagem:

**Quadro 1 – Conceitos-chave e tópicos propostos**

<b>Conceitos-chave</b>	<b>Tópicos de aprendizagem</b>
1) Relacionamentos	Famílias Amizade, amor e relacionamentos Respeito, tolerância e solidariedade Namoro, casamento, união estável, filhos e relacionamentos eventuais
2) Valores, atitudes e habilidades	Valores, atitudes e referências de aprendizado em sexualidade Normas e influência dos pares sobre o comportamento sexual Tomada de decisões Habilidades de comunicação, recusa e negociação Encontrar ajuda, apoio e orientação
3) Cultura, sociedade e direitos humanos	Sexualidade, cultura e direitos humanos Sexualidade e mídia A construção social do gênero Violência de gênero, abuso sexual e práticas prejudiciais
4) Desenvolvimento humano	Anatomia e fisiologia sexual e reprodutiva Reprodução Puberdade Imagem corporal Privacidade e integridade corporal
5) Comportamento sexual	Sexo, sexualidade e o ciclo de vida sexual Comportamento sexual
6) Saúde sexual e reprodutiva	Saúde reprodutiva Entender, reconhecer e reduzir o risco de DST, inclusive o HIV Estigma, tratamento, assistência e apoio às pessoas vivendo com HIV e aids

Os conceitos e tópicos não são apresentados como uma estrutura rígida nem possuem um caráter sequencial. Cada educador e educadora pode, a partir do seu próprio contexto e na relação com as crianças, os adolescentes e os jovens com quem trabalha, extrair o que mais lhe seja significativo para montar seu plano de aula ou mesmo um projeto mais amplo. As orientações funcionariam como uma espécie de mapa curricular por onde se pode circular sem restrições, a não ser pelas indicações etárias, embora estas também se mostrem bastante flexíveis.

Na Parte II, os conceitos e tópicos vão ser apresentados com suas ideias-chave distribuídas por quatro faixas etárias: 5-8, 9-12, 12-15 e 15-18 anos. Em geral, as ideias-chave vão se complexificando à medida que avança a idade. Em alguns casos, mudam mesmo os conteúdos propostos.

A proposta curricular é rica de conteúdos e conceitos: *bullying*, estigma, discriminação, casamento, parentalidade, orientação sexual, violência, assertividade, vulnerabilidade, família, diferença, reprodução, gravidez, normatividade – entre tantos outros. A abordagem aposta sempre no reconhecimento e na valorização da diferença. Investe-se muito numa abordagem sociocultural da sexualidade. A biologia continua presente (e por que não estaria?), mas a articulação desta com a abordagem sociocultural, com algumas exceções, é restrita ou frágil, de sorte que terá que ser vencida no planejamento.

Investe-se também no empoderamento de crianças, adolescentes e jovens para o autoconhecimento e a tomada de decisão sobre o exercício (ou não) de sua sexualidade. Percepção e empoderamento que vão desde o reconhecimento do prazer pela masturbação, que começa na infância, à identificação de assédios, abusos e violências sexuais e de gênero contra si ou contra outras pessoas. Aliás, o enfrentamento de todas as formas de discriminação e violência associadas à sexualidade evidencia-se como um dos objetivos centrais da proposta curricular.

É um material bastante interessante, que pode ser muito útil a educadoras e educadores na concretização de propostas de educação sexual, embora mereça algumas críticas incisivas: o lugar ainda negativo da gravidez na adolescência, a redução da transexualidade ao sexo, sem que se considere o gênero, e a ausência do conceito de identidade de gênero. A gravidez na adolescência, embora não explicitamente condenada ou patologizada, segue acompanhada, em quase todos os momentos em que aparece no texto, das doenças sexualmente transmissíveis, das quais a aids ganha destaque. A transexualidade aparece todo tempo vinculada ao desenvolvimento do corpo, mais precisamente, do sexo, haja vista sua ocorrência no trecho sobre anatomia e fisiologia, ao passo que não se lhe faz referência nos momentos em que se discute gênero. É justamente o conceito de identidade de gênero a maior ausência do material (há apenas uma menção dentro da explicação de um termo no glossário, sem que o conceito possa ser significado). O conceito de identidade de gênero permite que se reconheça o direito de cada pessoa à livre construção da sua personalidade na relação com as concepções de masculinidade e feminilidade disponíveis na cultura. Ele reitera também o direito ao próprio corpo, constituindo-se conceito fundamental para compreender a experiência de pessoas travestis e transexuais – embora não se restrinja a elas.<sup>1</sup>

De todo modo, as orientações podem servir de apoio na preparação de atividades em escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, cobrindo toda a educação básica e apontando possibilidades de discutir sexualidade com todas as idades – inclusive com adultos. Essa é uma das características mais interessantes do material: concretizar uma proposta curricular ampla pensada

<sup>1</sup> Para um aprofundamento sobre o conceito de identidade de gênero, consultar: Princípios de Yogyakarta (2006), Carvalho, Andrade e Junqueira (2009) e Jesus (2012).

segundo grupos etários, em um processo cíclico que vai se complexificando à medida que a idade aumenta.

As orientações não trazem em si um diálogo com conteúdos curriculares recorrentes na educação básica brasileira. Elas são uma ferramenta imediatamente prática para quem pretende construir um projeto específico de educação sexual com espaço e tempo próprios. Para pensar a educação sexual atravessando o currículo de uma escola em sua integralidade e complexidade, ainda há etapas a vencer que as orientações não discutem. Nesse caso, vai ser preciso fazer as conexões e relações que permitam localizar esses conteúdos na rede de disciplinas e atividades educativas da escola. O desafio – tanto da transversalidade quanto da incorporação de alguns conteúdos nas disciplinas – continua delegado às educadoras e educadores.

A proposta curricular, em geral, parece investir na autonomia dos sujeitos: sobre o corpo, sobre suas próprias ideias, sobre suas relações. Ao mesmo tempo, a forma como as ideias-chave são construídas (afirmativas incisivas ao invés de perguntas problematizadoras) dá ao material um tom consideravelmente prescritivo. Não há, nos conceitos e nas ideias, elementos que apontem para a problematização. De fato, as ideias que o texto traz se chocam com muitos discursos ainda hegemônicos ou majoritários em nossa cultura, o que faz imaginar que trazê-las para a aula já possa, pela diferença, produzir um debate crítico. No entanto, são apenas ideias. Como o currículo planejado a partir delas vai se tornar currículo em ação na escola depende, entre tantas outras coisas, das escolhas metodológicas de cada educadora e educador, que podem propor a reedição de uma educação sexual prescritiva, que tenha por fundamento outro paradigma ou um caminho didático mais reflexivo e dialógico.

### Referências bibliográficas

---

PRINCÍPIOS de Yogyakarta [sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero]. 2006. Disponível em: <[http://www.clam.org.br/pdf/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf)>. Acesso em: 9 out. 2014).

CARVALHO, Maria Eulina P.; ANDRADE, Fernando César B.; JUNQUEIRA, Rogério D. *Gênero e diversidade sexual: um glossário*. João Pessoa, PB: Ed. Universitária UFPB, 2009.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos, guia técnico [...] para formadores de opinião*. [Publicação online]. 2012. Disponível em: <[http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989)>. Acesso em: 9 out. 2014.

---

Alexandre Silva Bortolini de Castro (Alexandre Bortolini), mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), participa da coordenação do Projeto Diversidade Sexual na Escola, vinculado ao Instituto de Psicologia e à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

bortolini.alexandre@gmail.com